

O SILÊNCIO ELOQUENTE EM *SONÉÁ*, DE ODETE COSTA SEMEDO

Meire Lucy Cunha Araujo

Orientadora: Laura Cavalcante Padilha

Mestranda

RESUMO: Estudos sobre a condição social da mulher surgem a partir do final do século XIX. Resignação, passividade, subserviência e obediência são qualidades que, ao longo do tempo, foram sendo atribuídas à natureza da mulher em todo mundo. A negação simbólica da subjetividade feminina opera tanto na esfera pública, em que não há espaço para a sua enunciação, quanto na esfera privada, em que a repressão e a pressão sexuais negam até o domínio do seu próprio corpo. Em África, a emergência de uma literatura escrita por mulheres é recente em decorrência de fatores históricos; entretanto, na Guiné-Bissau um nome tem-se destacado tanto na escrita em verso quanto em prosa: Maria Odete Soares da Costa Semedo. O caráter emancipatório da escrita, além de revelar elementos do rico matiz cultural guineense, faz ecoar reflexões e questionamentos sobre a realidade das mulheres do seu chão. Para melhor compreender essas reflexões, este artigo busca analisar representações de mulheres no livro *Sonéá: histórias e passadas que ouvi contar I*.

PALAVRAS-CHAVE: África, mulher, literatura

Diversas escavações arqueológicas comprovaram que o continente africano é o berço da humanidade e das primeiras criações sociais e culturais. A longa permanência humana no continente foi o ponto de partida para as mais essenciais elaborações sociais como a religiosidade, o desenvolvimento das primeiras tecnologias, noções de família, de beleza corporal e política.

Os vários deslocamentos populacionais criaram condições para o florescimento de incalculável diversidade em decorrência de intercâmbios culturais e étnicos, o efeito dessa transumância é a heterogeneidade que caracteriza a África. Pequenas dimensões territoriais podem abrigar numerosos grupos sociais com traços culturais, religião, língua e

comportamento muito diferenciados entre si; exemplo típico de tamanha diversidade é Guiné-Bissau.

Segundo dados, do ano de 2015, do Instituto Nacional de Estatística da República de Guiné-Bissau (INE), a nação está situada na costa ocidental do continente limitada ao norte pelo Senegal, ao leste e ao sul pela Guiné Cronaky, tendo toda sua extensão banhada pelo Oceano Atlântico a oeste. Possui uma área total de 36.125 km², dentre os quais somente 27.700 km² são habitáveis devido a sítios alagadiços em decorrência da pouca elevação geográfica do país.

Além do território continental, compõe o país o Arquipélago dos Bijagós, com cerca de 90 ilhas e ilhéus, das quais somente 17 são habitadas. O país é dividido em oito regiões político-administrativas – Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quínara e Tombali –, além do Setor Autônomo de Bissau, capital do país. A última atualização demográfica (2015) chegou a cifra de 1.530.673 habitantes. Reclinamos nosso olhar para esse pequeno país de língua oficial portuguesa e, em especial, para a escrita de Maria Odete da Costa Soares Semedo.

Para o leitor exógeno às literaturas dos países africanos de língua oficial portuguesa, compreender a importância e o uso da memória como uma das diretrizes culturais é fundamental. Isso porque essas literaturas trazem em si as marcas da tradicional oralidade do continente. Cabe dizer aqui, para evitar o risco de generalizações levianas, que a oralidade é, sem dúvida, uma característica cultural absolutamente proeminente, entretanto, não é a única.

A oralidade é uma postura própria do africano diante do real (tangível ou intangível); o uso da palavra testemunhando entre gerações com plena consciência de seu poder criativo – pois a palavra cria todas as coisas – e não a falta de habilidade para o registro escrito. As tradições orais “requerem um retorno contínuo à fonte [...] o *corpus* da tradição é a memória coletiva de uma sociedade que se explica a si mesma” (VANSINA, 2010, p. 140). Para dirimir quaisquer dúvidas, tomo aqui de empréstimo as palavras de Amadou Hampaté Bâ ao afirmar que:

O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma

determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra.

E, pois, nas sociedades orais não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte. Lá onde não existe escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. (BÂ, 2010, p.168)

A fala é uma atitude poderosa e consciente. A educação se dá através de ciclos iniciáticos que ditam o desenvolvimento do indivíduo e do grupo ao qual ele está inserido pela palavra dita. Contos, cantos, provérbios e adivinhas são alguns dos instrumentos comprometidos com o entendimento daquele que ouve. Aquele que conta é conhecedor da força geradora de mudança, doutrinação e prazer que emana da palavra. Esse é um processo contínuo que assume deslocamentos e trânsitos ao preservar a memória coletiva – tratada aqui como o somatório dos conhecimentos adquiridos através das memórias cultural e comunicativa – das muitas sociedades do continente africano.

Durante muitos séculos, situações históricas fizeram ou tentaram fazer calar a fruição da cultura autóctone. A expansão imperialista, a ocupação truculenta do território africano por países europeus e a imposição da “missão civilizadora” por força das armas relegaram ao status de aculturais as sociedades locais. As tradições africanas foram brutalmente silenciadas. Em Guiné-Bissau não foi diferente; as imposições das autoridades coloniais não foram capazes de calar os matizes culturais, ainda que esses tenham sido sistematicamente marginalizados.

Vale, entretanto, frisar que esse não foi um processo rápido e menos ainda pacífico. Os nativos sempre ofereceram ferrenha resistência à presença estrangeira e à instalação do governo colonial na chamada Guiné Portuguesa. Desde o século XV a costa do território foi explorada pelos portugueses, mas somente no final do século XIX, com a queda do tráfico de escravos e da escravatura pelo mundo, os portugueses se lançaram para a efetiva ocupação e dominação do território. Conhecida por colônia rebelde de exploração, a Guiné-Bissau não recebeu considerável atenção em termos de infraestrutura e escolarização. Trazendo luz à figura da rainha Okinka Pampa, da etnia Bijagós, Moema Parente Augel (2007, p. 58) dimensiona a resistência guineense, pois, a etnia que habita o arquipélago homônimo refreou a chamada “pacificação” completa até 1936.

A imposição da língua e da cultura portuguesa consolidou a política de exclusão. As línguas étnicas tornaram-se sinônimo de incivilidade, e a língua veicular surgida do contato das muitas correntes linguísticas nativas com o idioma do colonizador, o crioulo, era apenas tolerada. Só alguns poucos nativos assimilados tiveram acesso a uma frágil alfabetização, e por assimilação entende-se a incorporação dos costumes e da língua portuguesa em detrimento das línguas e costumes autóctones. Ainda hoje, passadas mais de quatro décadas desde a independência da República da Guiné-Bissau, o português é o idioma oficial mesmo falado pela minoria populacional.

No final do século XIX, o cónego guineense Marcelino Marques de Barros tornou-se assíduo publicador do registro escrito de pequenas narrativas, canções, vocábulos e registros gramaticais tanto em crioulo, quanto nas línguas étnicas. O cónego divulgou seus estudos no *Novo Almanach de lembranças luso-brasileiro* (1875 e 1882), no *Almanach luso-africano* (1899), e, em 1900, publicou a *Litteratura dos negros*. A partir da iniciativa do cónego, cada vez mais, e ainda que lentamente, as manifestações culturais, até então presentes só no domínio da oralidade, começam a transitar para o ambiente estatizante da escrita. Ao pensar nesse trânsito, pode-se notar as diferentes nuances que o registro e a produção dessas manifestações culturais e literárias foram assumindo ao longo dos anos.

Com a fusão das casas de estudantes oriundos das colônias resultando na criação da Casa dos Estudantes do Império (CEI), em 1944, a experiência dos diversos indivíduos violados e marginalizados pelas práticas e políticas da metrópole ganharam o vulto de um movimento anticolonial, anti-salazarista, fomentado pela redescoberta e valorização das culturas africanas. Fato que colaborou decisivamente na formação política e intelectual daqueles que viriam a liderar os movimentos de libertação em África.

As produções literárias desse período apresentam a valorização da africanidade e o engajamento libertário urgente que o momento exigia. O projeto nacional fomentou a literatura e a literatura reforçou o ideal de projeto nacional. A ideia de nação unificada e aglutinante dos mais diversos grupos étnicos em busca de um ideal – a libertação nacional – se deu pelo viés da literatura e sua força expressiva, ainda que, deliberadamente, durante muito tempo os portugueses tenham minado o processo educacional, ao menos sob os moldes

ocidentais, dos nativos; fato que postergou a formação de uma mínima elite cultural e quaisquer movimentos literários que pudessem advir dela.

Uma escrita emancipatória

Estudos sobre a condição social da mulher surgem a partir do final do século XIX. Resignação, passividade, subserviência e obediência são qualidades que, ao longo do tempo, foram sendo atribuídas à natureza da mulher em todo mundo. Face a uma suposta fragilidade, a mulher passou a ser tratada como criança tendo, cada vez mais, e não só, sua voz e seu espaço invisibilizados. A negação simbólica da subjetividade feminina opera tanto na esfera pública, em que não há espaço para a sua enunciação, quanto na esfera privada, em que a repressão e a pressão sexuais negam até o domínio do seu próprio corpo. Exercendo sua “função social” (CANDIDO, 2014, p.55), a literatura traz luz cada vez mais a essa situação da mulher em decorrência da profunda difusão de uma matriz patriarcal.

Em África, a emergência de uma literatura escrita por mulheres é recente em decorrência dos fatores históricos já descritos anteriormente; entretanto, é preciso encará-la sem os exotismos desqualificantes advindo de um imaginário pejorativo ocidental a respeito do continente. As mais variadas opressões vividas por mulheres alcançam proporções mundiais e se reproduzem pelas mais diversas estruturas socioculturais. Não são, portanto, fruto exclusivo de uma tradicionalidade africana. É preciso, conquanto, dizer que a interação das práticas patriarcais europeias e africanas durante séculos as reforçaram simultaneamente, sendo ainda um importante fator a ser considerado a grande influência do islã no continente africano.

Durante os movimentos de libertação em África, uma das prerrogativas ideológicas era a igualdade. Quinta da Costa, Titina Silá e Segunda Lopes, entre tantas outras, são nomes que se destacam na história guineense por além de combaterem nas frentes também cooperarem na assessoria sanitária para prevenção de doenças endêmicas e na educação e alfabetização das camadas populares mais jovens. A declaração unilateral da Independência do Estado da Guiné-Bissau data de 23 de setembro de 1973; em uma reunião na região de Boé, depois de anos de encarniçada luta armada, o PAIGC realiza a solene leitura da Declaração e aprova o texto da Constituição da República da Guiné-Bissau na qual a força da lei garantia, nos

artigos 13º e 16º do Capítulo II, o princípio de igualdade dos cidadãos e da igualdade entre homens e mulheres respectivamente. Ainda assim, a situação de marginalização das mulheres persistiu, e, dentre outros aspectos, hoje ainda o acesso à escolarização é assimétrico entre os gêneros.

Na primeira década após a independência, a instabilidade e a fragilidade do novo governo acabam sendo acentuadas pelos rasos indicadores sociais que resultavam ainda da extinta ocupação colonizadora. A saúde e a educação foram as mais afetadas. Às iniciativas do governo somavam-se os apoios das famílias, das coletividades locais e de ONGs, entretanto, esse esforço não se mostrou suficiente, e o aumento da instabilidade gerou greves de professores, médicos e enfermeiros por longos períodos.

Agregados a esse cenário, outros fatores étnico-culturais fizeram cair a perspectiva escolar. Odete Costa Semedo esclarece que “a taxa de sobrevivência no Ensino Básico era de 3,6 anos, quando o ensino básico compreende seis classes, isto é, seis anos” (SEMEDO, 2010, p. 73). A autora aponta ainda que “entre os desistentes, as meninas são as que ficam menos tempo na escola, estando esse fato associado a fatores sociais, culturais e econômicos” (*Ibidem*, p. 73).

Sobre os muitos fatores que interferem na permanência das meninas na escola, Semedo descreve “a prática da excisão feminina (o fanado), o casamento e a maternidade precoces, a participação em atividades geradoras de rendimento em apoio às suas mães, os trabalhos domésticos, a ocupação com os irmãos mais novos” (*Ibidem*, p. 73) como sendo os principais aumentando significativamente as taxas de reprovação e desistência.

Existem hoje, sobretudo nos meios urbanos, um maior acesso à educação escolar, entretanto, os indicadores sociais estão ainda muito longe do ideal. Acordos de cooperação assinados com outros países facilitam o acesso à graduação e pós-graduação no exterior, mas, ainda dentre esses estudantes radicados em outros países, o número de mulheres é menor.

A família é o centro de convergência identitário. A obediência à família, e aos mais velhos é um princípio muito rígido dentro da sociedade guineense, e da africana de modo geral. A educação de meninas e moças consiste no aprendizado das coisas da casa, do cuidado dos filhos e da manutenção dos privilégios masculinos.

Todo o valor, o respeito de uma mulher se baseia no casamento. A mulher deve manter essa aliança, mesmo que se sujeite a brutalidade de todo tipo.

Tanto assim é que, em situações de agressões em relação à mulher, normalmente são as famílias mais próximas que medeiam o conflito, mas sempre é pedido à mulher que sofra, isto é, que releve, pois um dia o marido haverá de cair em si e mudar, e o ditado guineense é bem preciso: “O homem nasce para a rua, a mulher é dona da sua casa”. (SEMEDO, 2007, p. 114-115)

Várias narrativas orais, cantigas, provérbios e ditos exercem esse caráter normativo quanto ao proceder da mulher. A exemplo do que também ocorre nos missossos angolanos, a transgressão da mulher estabelece um grande desequilíbrio, podendo transcender, inclusive, o mundo natural avançando o sobrenatural. A punição é um imperativo para o restabelecimento da ordem social. Sobre isso, Laura Cavalcante Padilha afirma que

Tal universo é mostrado em uma série representativa de estórias como um espaço tensionado pelas relações que estabelecem, de um lado, os detentores da autoridade – os mais velhos – e, de outro, aqueles que sofrem o peso desta mesma autoridade – os mais novos. [...] também o par *esposo/esposa* aparece marcado pela tensão, sendo a mulher, em grande número de narrativas, caracterizada como transgressora das leis estabelecidas. O conflito no espaço familiar é determinado quase sempre pela interdição do desejo de um dos elementos da relação, geralmente o mais novo ou a mulher. (PADILHA, 2007, p.63)

Dominando esses códigos sociais e absolutamente consciente do lugar imposto à mulher, é que a escrita literária de Odete Semedo se revela em seu caráter emancipatório. Não obstante do mérito de ser a primeira mulher guineense a publicar individualmente uma obra poética, em sua estreia na vida literária, a autora de *Entre o ser e o amar* (1996) se utiliza de uma linguagem que reflete, em todo o percurso da obra, uma identidade feminina assumida em seus desejos, prazeres e sentimentos mais íntimos.

A palavra poética se manifesta como instrumento, como veículo que elabora intelectualmente os sentimentos mais ocultos e íntimos que estão na base da libido feminina como fonte de prazer, de gozo e satisfação, de alegria e de auto-celebração. Aqui se verifica o que já aconteceu em outras manifestações literárias alhures, mas completamente inovador na Guiné-Bissau: o eu feminino se alça de forma ativa e atuante, numa perspectiva inteiramente pioneira, ousando a autora expressar-se algumas vezes desreprimida e com isso alçando para si mesma uma liberdade inusitada, desrepressora, alçando-se mulher descolonizada e ciosa da sua própria manifestação. [...] é a vez da mulher guineense desnudar seus sentimentos. (AUGEL, 2002, p. 31)

Em seu percurso literário, Odete Semedo acumula, até a presente data, outras três obras: *Sonéá: histórias passadas que ouvi contar I* (2000), *Djênia: histórias e passadas que*

ouvi contar II e *No fundo do canto* (2003); as duas primeiras compõem uma coleção em prosa, enquanto a última é uma obra poética. A fim de propor uma análise sobre as representações da mulher, nos debruçaremos sobre algumas personagens femininas em Sonéá.

As mulheres

Com seu espaço social diminuído e muitas vezes restrito só a realidade doméstica com suas atribuições “essencialmente femininas”, a mulher em África é uma guardiã das tradições que, através da oralidade, no convívio com os filhos garante o repasse a gerações futuras de certas estruturas ideológicas vigentes no seio da sua sociedade ainda que a manutenção dessas mesmas estruturas reafirme e reforce certos preceitos tidos como “naturais” do domínio dos homens sobre as mulheres. Temos em Níni e em Nmisa exemplos disso.

O conto *A morte do filho do régulo Niala* se desenrola a partir da decisão transgressora de Nantói ao deixar a casa dos pais sem o consentimento destes, pois, ele desejava conhecer o mundo além daquela sua realidade. As reviravoltas da trama são protagonizadas por Nantói e seu pai, o régulo Niala. Chama atenção, entretanto, a ausência enquanto silêncio discursivo de Níni, mãe de Nantói e esposa do régulo. Duas únicas vezes ela é citada no conto: a primeira como uma breve citação do narrador na tentativa, não de impedir a viagem do filho, mas de o convencer a levar os elementos de proteção do universo sobrenatural guineense; e a segunda – única vez em que há a enunciação direta da personagem – através de um pequeno diálogo com Nantói após seu retorno para casa e a experiência conturbada da viagem na última cena da narrativa. A postura de Níni para com Nantói não é de recriminação, ao contrário, é de reconforto e estímulo.

Já em *Sonéá*, conto que nomeia a obra, observa-se também uma relação maternal. Nmisa é a mãe da protagonista, a jovem Sonéá. Ao contrário de Níni, Nmisa revela uma postura austera e autoritária. No diálogo entre mãe e filha, Nmisa recrimina Sonéá porque esta separou-se do marido adúltero. Já vimos anteriormente que essa não é uma prática social que se conceba a uma mulher dentro desse contexto cultural, logo, a protagonista é uma transgressora tal qual Nantói. A diferença estabelecida entre as duas mães citadas suscita questionamentos sobre até que ponto a autoridade materna influi igualmente em indivíduos de gêneros diferentes. Ambas são, nesse contexto, a representação da manutenção da tradição,

entretanto, o exercício efetivo da autoridade maternal parece também estar relacionado à construção do privilégio masculino por não compreenderem, talvez, que a manutenção dessa ordem falocêntrica reforça e revalida a “violência simbólica” (BOURDIEU, 2016, p. 56) da qual ela própria é vítima.

No conto *Os dois amigos* nos deparamos com três personagens femininas, duas adultas e uma criança; as três ocupando um lugar de incompletude, infantil. Tanto as mulheres quanto a menina são indivíduos absolutamente ingênuos, indivíduos que por razões ligadas ao gênero não alcançam o gênio masculino, por isso, tornam-se o alvo ideal de dois amigos com habilidades sobrenaturais que buscam meios de tirar vantagens financeiras sobre os outros. Pode-se notar a representação da mulher como um ser em falta, incompleto, assim sendo, a projeção e apropriação pelo outro – o homem – ou a necessidade desse outro exercer sobre ele um poder de tutela e/ou manipulação se apresenta como um percurso naturalmente justificável nas relações sociais.

Tomemos agora a figura de Nhanha, a feiticeira que põe em risco a vida de Nantói em *A morte do filho do régulo Niala*. Ao apresentar características psicológicas como autoconfiança e aspirações de reconhecimento público, Nhanha expõe um comportamento que rompe com as estruturas de pensamento que reservam para a mulher a esfera privada, doméstica, e que fere o pacto de servilismo imprimindo uma marca de insubmissão. Ela anuncia publicamente suas intenções de prevalecer sobre o rapaz sem que a autoridade ou domínio do pai dele, o régulo, a intimide. Por isso mesmo ganha uma descrição negativa associada a comportamentos tidos como insurrecionais. “A feiticeira não é nada mais do que um símbolo das energias criadoras instintuais não disciplinadas, não domesticadas, [...] O feiticeiro é a antítese da imagem do pai ideal” (SEMEDO, 2007, p. 122). Nota-se ainda que exprimindo toda a vinculação da oraliteratura que povoa o imaginário cultural africano, à mulher transgressora é imposta uma punição, cumpre-se então a lógica didática das narrativas orais tradicionais.

Voltando novamente nosso olhar para o conto que nomeia o livro, o único cuja protagonista é uma mulher e, por isso, mesmo ocupante do lugar central na estrutura narrativa, nos deparamos com a jovem Sonéá enquanto representação da mulher emancipada em decorrência de um processo educacional escolarizado. Sujeito ativo na busca da autoconfiança

e autorrealização como forma de estimular, também, o desenvolvimento da sociedade da qual faz parte, Sonéá representa uma geração de mulheres que rompe com estereótipos inferiorizantes e que requerem seus direitos ao espaço, voz, subjetividade e corpo. Ao longo da narrativa, nota-se alguns espaços de tensão marcados por desigualdades institucionalizadas por disposições tradicionais e de mentalidade e a busca da mulher para rompê-los assim como os silêncios que desses espaços resultam.

Através das cartas, o trabalho social da não-voz é rompido. As observações e experiências infantis da protagonista suscitam reflexões sobre como o imaginário cultural tolhe meninas, moças e mulheres. Sob o signo da escrita, as memórias de Sonéá ecoam as vozes de mulheres do seu chão que denunciam aquilo que as reificam tornando-se agentes de transformação do cotidiano.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. Odete Costa Semedo: expressão literária feminina africana, em diálogo com a tradição oral, o anticolonialismo e a construção da nacionalidade guineense. In__: SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro (Org.); SEPULVEDA, Maria do Carmo (Org.); SALGADO, Maria Teresa (Org.). *África e Brasil: letras em laços*. Volume 2. São Caetano do Sul: Yendis, 2010.

AUGEL, Moema Parente. As muitas faces da mulher na Guiné-Bissau. In__. DUARTE, Constância Lima; SCARPELLI, Marli Fantini. *Gênero e representação nas literaturas de Portugal e África*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 29-35.

_____. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. Literatura e inclusão – o papel dos escritores guineenses no empenho contra a invisibilidade. In_. *Via Atlântica*, nº 12, p.47-66. dez./2007. Disponível em: www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/download/50081/54201. Acesso em 26/09/2017.

BÂ, Amadou Hampâté. A educação tradicional na África. In__. *Aspects de la civilization africaine*. Tradução de Daniela Moreau. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/A-educacao-tradicional-na-Africa.pdf>>. Acesso em 27/09/2017.

_____. A tradição viva. In_. *História Geral da África I: metodologia e pré-história da África*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000318.pdf>>. Acesso em 25/06/2017.



BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BISPO, Érica Cristina. *Gestos e vozes de papel: Odete Semedo e a reinvenção das passadas e estórias da tradição oral guineense*. 2005, 103 f. Dissertação. (Mestrado em Letras Vernáculas) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 3 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 13 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014.

COMITINI, Carlos. *Amilcar Cabral: a arma da teoria*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

DUARTE, Constância Lima; SCARPELLI, Marli Fantini. *Gênero e representação nas literaturas de Portugal e África*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GOMES, Aldónio; CAVACAS, Fernanda. *A literatura na Guiné-Bissau*. Trajouce: Grupo de Trabalho do Ministério para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

GUERRA, Lucía. *La mujer fragmentada: historias de um signo*. Havana: Casa de las Américas, 1994.

GUINEA BISSAU. *Indicadores populacionais*. Disponível em: <<http://guineabissau.africadata.org/pt/Map>>. Acesso em 26/09/2017.

GUINEA BISSAU. *Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em: <<http://www.stat-guineabissau.com/>>. Acesso em 26/09/2017.

KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História Geral da África I: metodologia e pré-história da África*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000318.pdf>>. Acesso em 25/06/2017.

LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre Literaturas Africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

PADILHA, Laura Cavalcante. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUFF, 2007.

QUEIROZ, Vera. *Crítica literária e estratégias de gênero*. Niterói: EdUFF, 1997.



REIS, Livia de Freitas (Org.); VIANNA, Lúcia Helena (Org.); PORTO, Maria Bernadette (Org.). *Mulher e Literatura*. VII Seminário Nacional. Volume 2. Niterói: EdUFF, 1999.

RIBEIRO, Margarida Calafate; SEMEDO, Odete Costa. *Literaturas da Guiné-Bissau: cantando os escritos da história*. Porto: Afrontamento, 2011.

SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro (Org.); SEPULVEDA, Maria do Carmo (Org.); SALGADO, Maria Teresa (Org.). *África e Brasil: letras em laços*. Volume 2. São Caetano do Sul: Yendis, 2010.

SEMEDO, Maria Odete Soares da Costa. *Entre o ser e o amar*. Bissau: INEP, 1996. (Coleção Kebur)

_____. *Sonéá: histórias e passadas que ouvi contar I*. Bissau: INEP, 2000a.

_____. *Djênia: histórias e passadas que ouvi contar II*. Bissau: INEP, 2000b.

_____. *No fundo do canto*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, 2003.

_____. *No fundo do canto*. Belo Horizonte: Nandyala, 2007.

_____. *Ecos da terra*. In ___. MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 103-133.

_____. *As mandjuandadi – Cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura*. 2010, 452 f., Tese, (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. *Guiné-Bissau – história, culturas, sociedade e literatura*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010b.

_____. *A língua e os nomes na Guiné-Bissau*. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/lusofonias/a-lingua-e-os-nomes-na-guine-bissau/109>. Acesso em 03/10/2017.

SEPULVEDA, Maria do Carmo (Org.); SALGADO, Maria Teresa (Org.). *África e Brasil: letras em laços*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2000.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória d'África: a temática africana em sala de aula*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, António E. Duarte. *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1997.



SILVA, Fabio Mario. *O feminino nas Literaturas Africanas em Língua Portuguesa*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In_. *História Geral da África I: metodologia e pré-história da África*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000318.pdf>>. Acesso em 25/06/2017.